

Data base: 31 de dezembro de 2010

10. Comentários dos diretores sobre a situação financeira da companhia

10.1.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Até o exercício de 2008, ano em que foi efetuado o arrendamento da usina termelétrica UTE Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE, como uma das medidas para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações, a EMAE vinha apresentando prejuízos recorrentes e faturamento decrescente.

O modelo institucional do setor implementado ao final de 2004 causou uma lacuna para a atividade de usinas termoeletricas existentes à época como a UTE Piratininga, pois a energia produzida por estas termoeletricas teria de concorrer, nos leilões, com os preços de energia de origem hidráulica, inviabilizando a competição. Por consequência, desde o final dos chamados “Contratos Iniciais”, que vigoraram de 1999 a 2005, a EMAE só comercializou em contratos sua energia de origem hidráulica.

O exercício de 2008 foi atípico em relação a quantidade de energia comercializada em contratos e principalmente no mercado de curto prazo (spot), maior que a dos anos anteriores, lastreada na energia adicional da UHE Henry Borden pelo teste do sistema de tratamento para melhoria da qualidade das águas do Rio Pinheiros (sistema de tratamento) e pela produção da Termoeletrica Piratininga, comandada pelo Operador Nacional do Sistema, nos primeiros meses do ano, período anterior à efetiva transferência da Usina para a BSE.

A geração térmica utilizada à época para recompor reservatórios das usinas hidrelétricas ocasionou preços excepcionais no mercado spot, que chegaram a R\$ 500/MWh, proporcionando receitas adicionais para a EMAE da ordem de R\$ 80 milhões pela maior quantidade de energia disponível.

As mudanças de procedimentos contábeis também afetaram o resultado, a operação de arrendamento da UTE Piratininga para a BSE, foi contabilizada em 2008 como venda financiada. Assim, a EMAE reconheceu as receitas do arrendamento a valor presente e procedeu à baixa contábil da UTE do seu Ativo Permanente, o que resultou em ganho apropriado ao exercício, diferido pelo tempo do arrendamento, e com a constituição de uma reserva de lucros junto ao Patrimônio Líquido da EMAE.

Decorrente de suas operações e dos principais eventos comentados, após a apropriação do imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo/passivo) e devidos sobre o lucro fiscal tributável, a EMAE encerrou o exercício de 2008 com lucro líquido de R\$ 171 milhões.

Em 2009, mesmo com a continuidade dos testes do sistema de tratamento ao longo do ano e com a venda da energia adicional de 35,5 MW médios da UHE Henry Borden, a EMAE registrou diminuição na receita operacional em comparação ao atípico período que foi o ano anterior, em função dos menores preços de energia causados pela melhora nas condições hidrológicas e pela retração no consumo de energia elétrica na classe industrial, por força da crise financeira internacional. Por outro lado, a continuidade dos testes do sistema de tratamento demandou as despesas de operação e manutenção para efetuar o tratamento das águas do Canal Pinheiros.

Em 2010 a EMAE apresentou lucro líquido de R\$ 14 milhões ante um prejuízo de R\$ 8 milhões registrado em 2009, apesar da diminuição na receita operacional pela redução na quantidade de energia elétrica vendida, correspondente ao adicional de energia do teste do sistema de tratamento que terminou em 31 de dezembro de 2009.

O resultado de 2010 decorreu, principalmente, pelo incremento na receita com a energia de curto prazo e com prestação de serviços, bem como pela redução nas despesas com aquisição de insumos e material, serviços de terceiros e aquisição e energia de curto prazo e pelo aumento registrado nas variações monetárias líquidas.

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

Com base no exposto, os diretores da EMAE entendem que a Empresa apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para as atividades que desenvolve e para cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo. Além disso, o índice de endividamento possui margem para gradualmente ser incrementada, com fins de alavancar empreendimentos voltados à expansão da sua capacidade de produção e com excelente taxa de retorno, como a PCH Pirapora e a remotorização da Barragem Edgard de Souza.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social aprovado na AGE de 02 de agosto de 2010, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal. Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2010, eram os seguintes:

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtde de Ações	%	Qtde de Ações	%	Qtde de Ações	%
Estado de São Paulo	14.354.538	97,6%	52.068	0,2%	14.406.606	39,0%
Cia Metropolitano de SP - METRO	350.832	2,4%			350.832	0,9%
Sub-Total	14.705.370	100,0%	52.068	0,2%	14.757.438	39,9%
Centrais Elétrica Brasil S.A. - ELETROBRAS			14.416.333	64,8%	14.416.333	39,0%
Demais			7.773.313	34,9%	7.773.313	21,0%
Sub-Total			22.189.646	99,8%	22.189.646	60,1%
Total Geral	14.705.370	100,0%	22.241.714	100,0%	36.947.084	100,0%

i. hipóteses de resgate

Não há,

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável em razão de não haver resgate.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A diretoria, com base na análise do endividamento, das despesas correntes e de capital, das receitas operacionais, financeiras e não operacionais, inferem que a Empresa tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo. Não obstante o entendimento manifestado, em caso de necessidades, recursos adicionais poderá ser obtido por meio de empréstimos bancários, de financiamentos, ou por distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC emitido mediante cessão de créditos oriundos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado–CCEARs assinados com 34 distribuidoras de energia

Adicionalmente, para reforçar o caixa e atender as metas de investimento, a EMAE vem utilizando de recursos da alienação de imóveis não operacionais, em 2009 a EMAE alienou imóvel localizado no Bairro Pedreira pelo valor de R\$ 20 milhões e em 2010 os imóveis localizados no município de Guaratinguetá por R\$ 3 milhões e na rua Castro Verde em São Paulo por R\$ 1 milhão. Em dezembro de 2009 foi efetuada a reestruturação dos compromissos com a

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

Fundação CESP, repactuando o contrato de reserva matemática para efetuar pagamento somente dos juros incidentes durante 30 meses, adicionando essas parcelas ao final do período de amortização do contrato.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Empresa pode acessar os mercados financeiros e de capitais brasileiros para atender eventuais necessidades de liquidez. Os instrumentos disponíveis são os empréstimos internos, emissão de notas promissórias comerciais e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC.

Atualmente a EMAE mantém tratativas com o BNDES para obter financiamento para execução do empreendimento PCH Pirapora.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em 31/12/2008, 2009 e 2010 em R\$ mil:

Descrição	2008	2009	2010	Encargos
Fundo Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	55.468	43.156	27.654	DI-Deposito Interfinanc + 1,5% a.a.
Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional saldado	86.948	87.727	76.136	IGP-DI + 6%a.a.
Cessão de créditos com o DAEE para a CESP.	16.249	14.606	11.050	CDI + 0,3 a.m.

O Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios EMAE – ENERGIA foi constituído em 29 de maio de 2007 no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, com prazo de 5 anos e amortização mensal. O Fundo, do tipo fechado, é administrado pela INTRAG – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mediante cessão de créditos oriundos de CCEAR's - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, assinados com 34 distribuidoras de energia.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.
- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

- Alienação de Controle Societário: Não há.

Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças

Partes: EMAE e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios EMAE – Energia

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.
- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- Alienação de Controle Societário: Condição Suspensiva (evento liquidação)
- Falência ou rescisão qualquer das Distribuidoras Cedidas, que representem mais que 2% da Quantidade Mínima Mensal média dos últimos 3 Períodos de Disponibilidade: Condição Suspensiva (evento de liquidação)
- Término, intervenção da concessão ou declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da EMAE: Condição Suspensiva (evento de liquidação)

Cessão de créditos com o DAEE para a CESP.

Não há restrições

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Com as mudanças nos procedimentos contábeis, a partir de 2009 as parcelas do arrendamento da UTE Piratininga deixaram de ser registradas como receita operacional, no entanto, a atualização do saldo passa a ser registrada como Receita Financeira.

As parcelas recebidas pelo arrendamento, independentemente de serem classificadas como venda financiada, mesmo não sendo registradas como receita compõem a base de cálculo para fins de recolhimento do Pis/Pasep e Cofins.

O acréscimo verificado nos anos de 2009 e 2010 nas despesas com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos decorre da maior produção de energia na Usina de Henry Borden.

O término dos testes no sistema de tratamento para a despoluição do rio Pinheiros acarretou na redução a partir de 2010 nos gastos com materiais (produtos químicos) e com serviços de terceiros utilizados para a operação e manutenção do sistema.

10.2. Resultado operacional e financeiro**a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica.....	21.979 (1)..	27.096	22.482
Suprimento de energia - leilão.....	96.859 (2)..	83.083	76.783
Suprimento de energia - comercializadores.....	3.963 (1)..	44.369	68.625
Energia de curto prazo - CCEE.....	20.337 (4)..	15.092	100.668 (3)..
Renda da prestação de serviço.....	25.850 (5)..	21.003	18.645
Outras receitas.....	811	808	2.183
	<u>169.799</u>	<u>191.451</u>	<u>289.386</u>

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

As variações nos componentes das receitas foram, principalmente, motivadas por:

- (1) Término da energia adicional em UHE Henry Borden pelo teste flotação
- (2) Início suprimento para distribuidoras de 8 MW médios da 3ª unidade da UHE Porto Góes
- (3) Geração da UTE Piratininga comandado pelo Operador Nacional do Sistema
- (4) Maior produção na UHE Henry Borden
- (5) Início dos serviços de manutenção das barragens Móvel e da Penha para o Depto Águas e Energia Elétrica

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A operação de arrendamento da UTE Piratininga, além dos efeitos comentados, refletiu nas despesas pela cessação dos correspondentes encargos de uso da rede elétrica, dos custos da depreciação e do combustível para produção de energia elétrica.

Em 2010 a EMAE deixou de registrar as receitas da energia adicional na UHE Henry Borden e as conseqüentes despesas com os testes realizados no sistema de tratamento para melhoria das águas do Rio Pinheiros em 2008 e 2009.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos de suprimento e fornecimento de energia elétrica e de prestação de serviços da Empresa anualmente são corrigidos pela variação do IPCA ou do IGPM

Em 2008 houve aumento de preços no mercado de curto prazo (CCEE) pelo acionamento das usinas térmicas para recompor os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, época em que a UTE Piratininga ainda se encontrava na EMAE. Esta situação propiciou uma melhor comercialização também da energia assegurada adicional da UHE Henry Borden pela realização do teste no sistema de tratamento.

Em 2009, os preços praticados no mercado de curto prazo (CCEE) diminuíram com a melhora nas condições hidrológicas e a retração no consumo de energia na classe industrial decorrente da crise financeira internacional.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além da já mencionada atualização do saldo do contrato de arrendamento da UTE Piratininga, registrada como receita financeira, os contratos de longo prazo com fornecedores de bens e serviços, bem como de empréstimos e financiamento também são indexados para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os efeitos relevantes da operação de arrendamento da UTE Piratininga nas demonstrações financeiras e da programada execução de empreendimentos para aumento da capacidade de produção, com atrativa taxa de retorno, já foram comentados nos itens anteriores

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico PIRAPORA ENERGIA S.A., subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora.

c. eventos ou operações não usuais

A Lei Estadual nº 14.150, de 23 de junho de 2010, autoriza a EMAE a participar do bloco de controle ou do capital de outras empresas, abrindo a possibilidade da participação em empreendimentos em parceria com outras empresas, públicas ou privadas.

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

10.4 - Mudanças práticas cont. / ressalvas e ênfase

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, tiveram reflexos significativos em 2008, principalmente em relação ao registro da operação de arrendamento da UTE Piratininga, conforme anteriormente comentado.

Em 2009 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis. Em 2010, a EMAE divulga suas demonstrações financeiras comparativamente a 2009, conforme as normas e interpretações adotadas no processo de convergência das práticas contábeis do Brasil com as normas internacionais.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos em 2009 e em 2010.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 apresentou ênfase de mesmo teor: “A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados, tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro, fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação...” e acrescentou em 2010 ênfase com o seguinte teor “ A Empresa protocolou na ANEEL, em 05 de novembro de 2009, requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamento hidrelétricos. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Empresa (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.”

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela EMAE.

A grande maioria dos dados mais representativos das demonstrações financeiras são apurados e registrados com base em preços, índices de atualização e taxas de juros. No entanto as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para os registros de certas transações, e embora os Diretores acreditem que os julgamentos e estimativas sejam razoáveis, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para contingências, imposto de renda e contribuição social diferidos, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na CCEE.

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Analisa a existência de evidências de não-realização do valor contábil dos ativos. Caso sejam identificadas tais evidências, a Empresa estima o valor recuperável do ativo (“impairment”) para determinar eventual provisão para refletir os saldos contábeis aos valores de realização.

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

No caso de Plano de Pensão é reconhecido o valor apurado por atuário independente.

10.6 - Controles Internos**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Empresa utiliza o sistema integrado SAP/R3 que permite com grau de confiabilidade manter o controle de gastos, investimentos, empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas da ANEEL. Além disso, foi estruturado em 2009 o Depto de Auditoria Interna e o Depto de Comunicação e Gestão Empresarial que, entre outras atribuições, tem no planejamento de trabalhos a serem desenvolvidos, avaliar os processos e aprimorar os controles internos existentes para a eliminação ou mitigação dos riscos. Em 2010 foram realizados estudos para implantação de sistema de gestão de riscos e iniciados o mapeamento de processos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O principais pontos levantados e recomendados pelos auditores se referem as seguintes melhorias: sistematizar as avaliações de riscos de fraudes e de controles preventivos e detectivos em nível de atividade; controles socioambientais referentes a monitoramento dos compromissos socioambientais, mensuração e estabelecimento de políticas e procedimentos para garantir que todas as exigências dos órgãos reguladores sejam atendidas e possibilitar o adequado registro contábil; revisão de obrigações tributárias relacionadas a diferenças temporárias, além de recomendações gerais sobre o ambiente de processamento informatizado de dados como política de segurança das informações e armazenamento das mídias de backup.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas**a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

No período não realizamos nenhuma oferta de distribuição de valores mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável para as alíneas de “a” a “c” deste item, pois, conforme a resposta dada para o item 10.08 e respectivas alíneas, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

10.10 - plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Foram realizados em 2010 cerca de R\$ 12 milhões de investimentos, para manter as condições operativas e de segurança nas estruturas e instalações da EMAE. Encontra-se em fase de negociação com o BNDES, obtenção de financiamento para construção da PCH Pirapora, empreendimento com 25 MW de capacidade instalada, que aumentará a capacidade de geração de energia do parque gerador da EMAE.

Para 2011, estão previstos investimentos de manutenção da ordem de R\$ 24 milhões para melhorar as condições operativas, de segurança e de produção nas usinas Porto Góes, Rasgão e Henry Borden. Para os investimentos em expansão da capacidade de produção estão previstas aplicações da ordem de R\$ 68 milhões, que inclui R\$ 40 milhões para a ampliação da capacidade de bombeamento das águas do Canal Pinheiros a ser realizado com recursos do Governos do Estado de São Paulo como aporte de capital.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos para a manutenção da confiabilidade e segurança das estruturas e instalações são efetuados com recursos próprios.

Ao final de 2010 foi constituída a PIRAPORA ENERGIA S.A., subsidiária integral da EMAE, com vistas a obter financiamento do BNDES. A energia a ser produzida na PCH Pirapora já foi comercializada no 10º Leilão de Energia Nova, no montante de 16 MW médios, vendidos a distribuidoras por 30 anos e com início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. novos produtos e serviços.**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

- Sistema de tratamento para melhoria da qualidade das águas afluentes ao Rio Pinheiros
- Aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e lodos para geração de energia elétrica (Resíduos Sólidos)

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

- As estações piloto do sistema de tratamento com capacidade instalada de 10 m³/s foram implementadas com recursos da Petrobras. Os gastos com os insumos e serviços utilizados nos testes do sistema, realizados no período de Julho de 2007 a dezembro de 2009, efetuados para subsidiar a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental para o Sistema na sua configuração final, com capacidade de tratamento de 50 m³/s, totalizaram R\$ 62 milhões, mas foram cobertos com a receita pela energia adicional de 35,5 MW médios da UHE Henry Borden.
- O projeto Resíduo Sólidos está sendo desenvolvido com recursos repassados pelo Convênio firmado com a Secretária de Energia do Estado de São Paulo.

10.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a acrescentar, devido a todos fatores que influenciaram o desempenho operacional já terem sido comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.